

## Maquiavel e as relações entre ética e política

Marcia do Amaral<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo deste artigo é revisitar uma discussão muito em voga nos últimos tempos: as relações entre a Ética e a Política. Esta discussão se dará no âmbito da teoria maquiaveliana. O realismo anti-utopista, a rejeição à Ética Cristã, a constituição de uma ética laica, o estabelecimento de um novo conceito de "virtu", a subordinação da ética à política, serão assuntos tratados aqui.

**Palavras-chave:** Maquiavel. Ética. Política. *Virtu*.

### Abstract

The purpose of this article is to revisit a discussion very in vogue in recent times: the relationship between Ethics and Politics. This discussion will take place in the context of the Machiavellian theory. The anti-utopian realism, rejection of the Christian Ethics, the constitution of a secular ethics, the establishing of a new concept of "virtu", the subordination of ethics to politics are subjects that will be addressed here.

**Keywords:** Machiavelli. Ethical. Political. *Virtu*.

*Um Estado cujo povo não tenha sido corrompido  
é fácil de governar; onde existe a igualdade não  
se pode instituir a monarquia, e onde ela falta não  
se pode fundar uma república. (Comentários, I, 55)*

---

<sup>1</sup>Marcia do Amaral é Professora Doutora adjunta da UERJ. E-mail: amaral.marcia@uol.com.br

## 1. Aviso prévio

O pensamento maquiaveliano é, sem dúvida alguma, no âmbito da teoria política, o que provocou mais reações de protestos ao longo do tempo. Durante séculos e por inúmeras pessoas, foi difundido o mito do maquiavelismo enquanto atitude imoral, traiçoeira, astuciosa, que devia a todo custo ser repudiada. Maquiavel, entre outros qualificativos, foi tachado de ferrenho defensor da monarquia absoluta, de ateu, de pagão e de fazer a apologia do crime. Não só suas ideias foram condenadas, mas esta condenação recaiu também sobre sua pessoa.

Em nossa linguagem comum, por exemplo, é freqüente o uso da expressão "maquiavélico(a)" como atributo daquelas pessoas cínicas, ardilosas, traiçoeiras, que para atingir seus fins se valem dos artifícios da mentira e da má-fé. Chegou-se até a atribuir, de uma maneira infundada, a Maquiavel a frase: "Os fins justificam os meios". A lenda do perverso maquiavelismo atingiu tal magnitude que, na Inglaterra foi cunhada a expressão "Old Nick" (velho Nick), para designar o próprio diabo, numa clara referência ao primeiro nome de Maquiavel. Em síntese, o maquiavelismo tornou-se a representação mais acabada do mal e o mais intrigante é a força deste mito que já dura quatro séculos.<sup>2</sup>

Podemos dizer que um dos motivos pelos quais isto aconteceu deve-se ao fato de que Maquiavel faz parte do grupo de pensadores de quem todo mundo já ouviu falar, mas que ninguém conhece efetivamente o teor de suas obras. O agravante, para o pensamento maquiaveliano, é que a maioria dos que ouviram falar nele, mas não o conhecem cultivam um pré-julgamento negativo acerca de suas ideias, cuja origem é, obviamente o senso comum, ou mais pontuadamente, a leitura de uma única obra do autor, a mais polêmica, *O Príncipe*.

A criação desta mística perversa de justificador de arbitrariedades e violências que, aos poucos, deformou para sempre o pensamento maquiaveliano resulta ou do desconhecimento acerca do todo de sua obra ou de uma leitura descontextualizada da mesma. Sabemos muito bem que toda fúria crítica que recai sobre o pensamento maquiaveliano advém da leitura e interpretação d'*O Príncipe*. Os comentadores de Maquiavel são implacáveis nas retaliações que fazem ao autor d'*O Príncipe*, mas,

---

<sup>2</sup> ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel. A Lógica da Força**. São Paulo, Ed. Moderna, 1993. (Coleção Logos), p. 9.

muitos deles se "esquecem" de dar um passo adiante, no sentido de examinar as outras obras do autor. O que fica registrado na História é o Maquiavel do imoralismo político d'*O Príncipe*, um escândalo.

Mas, o fato curioso sobre esta lenda e que passa completamente despercebido à grande maioria dos detratores de Maquiavel, é que quando da primeira apresentação ao público d'*O Príncipe*, nenhum escândalo aconteceu. Nenhuma reprovação pública, debate público ou mesmo um protesto formal. Cópias manuscritas desta obra circularam entre estudiosos e amigos de Maquiavel sem promoverem maiores reações, o que nos leva a crer que ela estava em perfeita consonância com o tipo de prática política da época. Mas, esta situação inicial que poderíamos, até certo ponto, qualificar de desinteresse pela obra<sup>3</sup> se transformará totalmente. Denúncias feitas pelo Cardeal inglês Reginald Pole, horrorizado com a péssima influência das ideias de Maquiavel sobre Thomas Cromwell (chanceler da Inglaterra no reinado de Henrique VIII), acusam o primeiro de ateísmo, satanismo, crueldade e despotismo. Aí começa a desfiguração do pensamento maquiaveliano, que sofre ainda com os ataques dos jesuítas que, interessados em recolocar o Estado sob a autoridade da Igreja, convencem o Papa Paulo IV a colocar as obras de Maquiavel no *índex* (1559)<sup>4</sup>.

Sobre as críticas mordazes dirigidas à Maquiavel, o que se pode observar é que, de uma maneira geral, elas se baseiam exclusivamente na leitura d'*O Príncipe*, e uma leitura feita, quase sempre de má-fé, tendenciosa, recortando frases do texto para citá-las descontextualizadamente, deturpando as ideias do autor.

Estas tentativas sistemáticas de desvirtuar as ideias de Maquiavel e de denegrir sua própria pessoa vêm até o século XIX. A partir daí o que se tem procurado não é nem denegri-lo nem louvá-lo, mas sim, avaliar criticamente sua obra, examinando-a em sua inteireza e não apenas um único tratado. Além disso, há toda uma preocupação em contextualizá-la historicamente, pois ela está calcada não só na História Antiga de Roma, completamente vasculhada pelo autor, mas também na observação empírica do momento histórico por ele vivido.

---

<sup>3</sup> "O próprio Maquiavel, provavelmente, dele se desinteressara, desapontado com a indiferença com que 'O Príncipe' teria sido recebido por Lourenço de Médici." ESCOREL, Lauro. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Brasília, Ed. UnB., 1979, p. 61. Lembrando que Maquiavel dedicou esta obra à Lourenço.

<sup>4</sup> O Papa inclui as obras de Maquiavel no *índex* em 1559 e essa decisão é confirmada no Concílio de Trento em 1564.

Mas, quais seriam então, na própria obra de Maquiavel, as características que abririam espaço para tanta polêmica, para tamanha reação opositora?

## 2. Características do pensamento maquiaveliano

Essas reações de repulsa com relação às teses de Maquiavel podem ser explicadas a partir da compreensão de duas características essenciais, que marcam todo seu pensamento e que vem na contracorrente do pensamento antigo e medieval: O realismo e o estabelecimento de uma ética laica.

O **realismo extremo** impresso em toda sua obra rompe com uma tradição oriunda ainda da Grécia Antiga – a da construção de utopias políticas<sup>5</sup> –, para descrever não como o homem deve agir, ou como deve ser o governo, mas sim, como o homem age de fato e como, de fato, é o governo.

Para tanto, Maquiavel **observa os fatos**, atém-se ao estudo histórico principalmente da Antigüidade, sobretudo da Roma Antiga. Esse levantamento histórico leva o autor a uma constatação bastante radical de que os homens sempre agiram pela via da corrupção e da violência. Antes mesmo de Hobbes, que afirmava que, em estado de natureza o homem é mau, Maquiavel já constatava a propensão do homem ao mal, ao erro e, por isso, ao analisar a ação política sua opção foi pela descrição da verdade efetiva<sup>6</sup>, não se preocupando em ocultar o que se faz e não se costuma dizer.

Vale ressaltar que um dos elementos que confere unidade à obra maquiaveliana é sua concepção absolutamente pessimista do homem: "... é necessário que quem estabelece a forma de um Estado e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião."<sup>7</sup> Para Maquiavel, ao contrário do que afirmava Aristóteles, o homem não é um animal social. Seus instintos são claramente antissociais: egoísta, ambicioso, invejoso, traiçoeiro, feroz e vingativo, o homem só pratica o bem ou se submete à lei movido pela necessidade de sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Como exemplos de utopias políticas temos "A República" de Platão, "A Cidade de Deus" de Santo Agostinho, "A Cidade do Sol" de Thomas Campanella, "Utopia" de Thomas More, "A Nova Atlântida" de Bacon, etc.

<sup>6</sup> Para bem compreender o pensamento maquiaveliano devemos nos reportar ao primeiro parágrafo do capítulo XV d'O Príncipe.

<sup>7</sup> MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, Ed. UnB., 1982, Livro I, Cap. III, p.29.

Sem dúvida alguma a postura realista, anti-utopista de toda a obra maquiaveliana, preocupada em apresentar a "*verità effettuale delle cose*", que o leva a considerar o homem naquilo que ele realmente é, tal qual se apresenta, rompe com toda a tradição do pensamento medieval cristão.

A segunda característica marcante do pensamento maquiaveliano é a **rejeição completa ao legado ético cristão da Medievalidade e a constituição de uma moral laica de base naturalista**. Isto vai nos levar à secularização da política, movimento de ruptura com o pensamento político medieval que vinculava política à religião, à Igreja. É, por romper estes laços da política com a religião que Maquiavel entrou para a história como o fundador da ciência política. Foi ele o primeiro pensador a tomar a política e analisá-la como uma categoria autônoma.

Este é o ponto crucial do pensamento maquiaveliano, pois deu ensejo ao surgimento de outro problema: o problema das relações entre ética e política, em torno do qual tradicionalmente gira a controvérsia histórica entre os defensores de Maquiavel e seus adversários.

Do ponto de vista ético, Maquiavel foi tachado por seus detratores, de defensor do imoralismo político posto a serviço do despotismo, posteriormente este atributo foi modificado e ele passou a ser considerado um amoralista, por considerarem alguns, que o problema moral não tinha lugar na sua concepção de política. Maquiavel seria o símbolo da política pura. Mas, se bem observarmos o Maquiavel d'*O Príncipe* e principalmente o Maquiavel dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*<sup>8</sup>, podemos claramente perceber que há uma ética imbrincada no pensamento político maquiaveliano, só que esta é uma ética laica segundo a qual as ações individuais não são julgadas pelo seu coeficiente intrínseco de moralidade, mas pelo efeito político que podem produzir diante de determinada situação de fato. Esta é uma postura muitíssimo diferente, é uma postura de ruptura com a tradição da moral cristã que se apóia em uma concepção de bem e mal, de justo e injusto, cujos conteúdos preexistem já fixados, não dependendo do exame das situações dadas.

A ética proposta por Maquiavel não admite a existência de uma hierarquia de valores *a priori*, a partir dos quais nossas ações serão julgadas. A nova ética analisa as

---

<sup>8</sup> Em português esta obra, *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, aparece com o título *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*.

ações tendo em vista suas consequências, seus resultados. A ação política será julgada em função de sua utilidade para a comunidade, ou seja, o critério para a avaliação da ação política é sua utilidade para o grupo social. Desta forma, será moral toda ação que visar o bem da comunidade. Aqui surge um grande problema: A ética, desta maneira constituída, ou seja, estabelecida na prática, a partir das relações efetivas entre os homens, de certa forma, pode vir a legitimar o recurso ao mal, à violência, à guerra, à tortura, à morte, etc. para resguardar a harmonia e o bem estar da sociedade. Daí as inúmeras críticas desfavoráveis ao pensamento de Maquiavel. Mas, estas críticas, que muitas vezes embaçam o verdadeiro sentido deste pensamento, chegando a deformar-lhe o conteúdo, o fazem desvinculando-o tanto da vida pessoal de seu autor, quanto do cenário social, político e econômico da Europa, mais precisamente da Itália dos séculos XV e XVI em que ele viveu.

Temos que ter presente que Maquiavel é um político<sup>9</sup> que escreve para responder aos problemas políticos do momento histórico em que vive, numa Itália completamente fracionada em pequenos principados governados tiranicamente por casas reinantes sem nenhuma tradição dinástica ou ainda de direitos contestáveis, que viviam em guerra internamente e que ainda eram completamente vulneráveis a invasões externas. Esse panorama fluido e mutável, de um país dividido em múltiplos Estados, contrasta com a situação da maior parte dos países da Europa ocidental, já unificados<sup>10</sup>.

Esta situação política de ilegitimidade do poder, fracionamento territorial e político, ausência de um Estado central, vulnerabilidade externa, instabilidade permanente, desordem é o problema para o qual Maquiavel buscará soluções n'*O Príncipe*. Sua preocupação central é com a constituição de um governo forte capaz de unificar a Itália, daí *O Príncipe* apresentar-se como um verdadeiro manual para governantes, pois contém **rememoramentos** de como conquistar Estados e conservá-los sob seu domínio. Devemos lembrar que estas lições ou estes conselhos de Maquiavel, que podem causar escândalo no círculo familiar, eram direcionados aos governantes, e ele nada mais fazia do que lembrar-lhes os processos já em uso corrente e corroborados pela tradição.

---

<sup>9</sup> Maquiavel foi Segundo Chanceler da República de Florença.

<sup>10</sup> Império Germânico, França e Espanha que são ameaça constante aos frágeis principados italianos, disputando a posse de vários de seus territórios.

Se lembrarmos, [...], que tais governantes eram os Médicis, os Borgia, os Orsini, os Papas Alexandre e Júlio então teremos justificado o próprio Maquiavel, que certamente só pôs em letra de forma o que aprendera nos exemplos de tais homens, e da sua experiência na Chancelaria de Florença.<sup>11</sup>

Maquiavel, no entanto, não é autor de uma só obra. Se n'*O Príncipe* ele expõe suas ideias de cunho eminentemente absolutistas, defendendo a constituição de um Estado monárquico-unitário forte, cujo poder estaria concentrado nas mãos de um déspota, nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* e no *Discurso sobre a Reforma do Estado de Florença* podemos nos deparar com outro Maquiavel. Um Maquiavel republicano, defensor da constituição de um governo com a participação efetiva do povo, ao qual considera mais sábio, mais prudente e mais constante que o príncipe.

A figura do Maquiavel defensor do despotismo é bem conhecida, mas a figura do Maquiavel republicano, foi quase que completamente ofuscada pela repercussão d'*O Príncipe*. Mas, podemos dizer que há sim dois "Maquiavéis" e a explicação para a existência de um Maquiavel monarquista e um Maquiavel republicano é de certa forma muito simples. Maquiavel defende a Monarquia ou Principado como forma de governo adequada ao momento de fundação de um novo Estado ou adequada ao momento de reorganização de um Estado decadente, que precisa da liderança de um governante firme e decidido que conduza o povo.<sup>12</sup> A forma Republicana, no entanto é a mais adequada ao momento posterior da fundação ou reestruturação do Estado, pois o governo que é feito com a participação do povo tem a chance de errar menos e, um povo livre da tirania é capaz de encontrar forças e motivação para conquistar o mundo. Por isso, a melhor forma de governo para Maquiavel, ao contrário do que a maioria de seus detratores pensa é a república.

### 3. Relações entre ética e política

<sup>11</sup> Guimarães, Torrieri in MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo, Hemus Livraria Ed. Ltda., s.d., p. 7.

<sup>12</sup> Maquiavel estabelece como axioma fundamental de seu pensamento a presença, à origem de todo Estado, de uma figura do "fondatore" ou "ordinatore", ao qual incumbe a missão de dar "forma" à "matéria" que o povo representa. ESCOREL, L. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979, p.86.

Como já foi dito anteriormente, a grande polêmica que envolve o pensamento maquiaveliano, diz respeito às relações entre ética e política estabelecidas pelo autor. Maquiavel, como um típico homem do Renascimento, construiu sua filosofia política partindo da rejeição completa ao legado ético cristão, formulando suas idéias de uma maneira absolutamente antitética à tradição medieval.

A filosofia cristã, legada pela Idade Média ao Renascimento, concebia o homem como um ser temporal, de vocação social, dotado, porém, de uma destinação extraterrena, isto é, como um ser que vive naturalmente em sociedade, subordinado à lei positiva, mais que deve, antes de mais nada, obedecer à lei natural, colocada acima da própria autoridade do Estado, e que este não deve contrariar, pois ela emana da própria lei eterna.<sup>13</sup>

Maquiavel não reconhece esta subordinação do Estado a valores espirituais, valores transcendentais. Não reconhece também que o homem possua direitos naturais, anteriores à constituição da sociedade. Ao contrário, em estado de natureza, o homem vive nivelado aos animais, desconhecendo quaisquer noções de bem ou de mal, de justiça ou injustiça. Desta forma, antecipando a filosofia política de Hobbes, Maquiavel afirma que a moral e a justiça não preexistem ao Estado, mas dele resultam em obediência às condições e exigências sociológicas.

Tanto a moral quanto a justiça são subprodutos sociais, nascidos do instinto de conservação e da necessidade do Estado de manter a ordem social.

As normas éticas, como também as leis positivas, a educação e a religião, são meios a que recorre o Estado para instaurar coercitivamente bons costumes na sociedade, para dirigir no sentido do bem comum o egoísmo individual ou para dar forma de moralidade e justiça à fundamental amoralidade da maioria.<sup>14</sup>

O que se verifica, portanto, em Maquiavel é que não há nenhum antagonismo entre moral e política e, também não há nenhuma distinção entre moral privada e moral pública, pois ambas coincidem num mesmo objetivo, que é o bem da comunidade, ou

<sup>13</sup> ESCOREL, Lauro. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>14</sup> *Idem*, *ibidem.*, p. 95.





pelo menos o bem do príncipe, o que significa o bem do Estado. Os problemas entre moral e política só surgem quando determinados objetivos políticos exigem a adoção de medidas condenáveis pela consciência moral, em nome de valores ou princípios que transcendem a jurisdição temporal do Estado.

Para entendermos melhor esta questão temos que observar a distinção apresentada pelo autor entre "ação virtuosa" e "ação moral". Ação moral é toda ação manifestamente útil à comunidade, ação imoral é aquela que só tem em vista a satisfação de interesses privados e egoísticos. A *virtú*, ou a ação virtuosa não consiste, de modo algum, em agir segundo uma ideia abstrata de bem, desinteressando-se de suas repercussões práticas. A *virtú* consiste em saber aproveitar a *occasione* proporcionada pela "fortuna", avaliando, de uma maneira consciente a situação e as possibilidades de ação, para em seguida escolher os meios mais adequados para transformar em realidade a decisão tomada. Estamos diante de um novo conceito de *virtú* que nada tem em comum com o conceito medieval de submissão do homem à vontade de Deus, renúncia ao mundo terreno e glorificação do mundo contemplativo.

Segundo Maquiavel, o homem virtuoso é aquele que enfrenta os maiores perigos, suporta e vence as adversidades. A *virtú* tem o direito de lançar mão de todas as armas possíveis para sobrepujar a "fortuna" (destino). O homem virtuoso não é aquele que se submete a razões superiores ou que confia à uma justiça abstrata ou a Deus ou ainda às suas orações a solução dos conflitos que trava com o mundo, mas é aquele que ajusta as suas ações, que observa as suas capacidades e age com obstinação. Será bem sucedido aquele que conseguir agir segundo as exigências do momento, segundo as peculiaridades de cada situação de fato. Ora com prudência, ora com ímpeto, ora com violência, ora com arte, ora com paciência, ora com impaciência. Em outras palavras, o indivíduo deve agir segundo a necessidade, que em última instância é criada pelos fatos concretos.

Para Maquiavel, não há uma conduta *a priori* boa ou *a priori* má. Ao encarar a política como uma técnica, o julgamento das ações do governante só pode se dar *a posteriori*, em função de sua eficácia na prática, seja ela conquistar o poder, conservar o poder ou promover o bem coletivo.

O conceito maquiaveliano de *virtú* prescinde, de modo absoluto, de qualquer critério moral de avaliação do comportamento humano. O que importa para ele é

observar se determinada ação era adequada à situação dada e se ela alcançou a finalidade desejada. Em última instância, a *virtú* pode ser considerada como a capacidade pessoal de afirmar nossa liberdade frente à fortuna, frente ao destino.



Não obstante, nada impede que a ação virtuosa possa também revestir-se de moralidade e, para tanto, seu autor deve agir eficazmente segundo exigir a ocasião, mas visando a realizar o bem da comunidade e não o prazer egoísta de seu bem pessoal. Apesar de ser um pessimista no que diz respeito ao que seja o ser humano, Maquiavel acredita na existência de indivíduos dotados de uma *virtú* superior, capazes de agir moralmente, isto é, indivíduos capazes de sobrepor o bem comum ao próprio bem, consagrando-se integralmente ao bem da pátria.<sup>15</sup> Lembrando, porém, que a esmagadora maioria dos homens não tem outro propósito em mente senão a satisfação de seus interesses particulares, desprovida que é de *virtú* e de moralidade.

Daí a necessidade da lei (e das sanções) como elemento educativo da sociedade, fazendo com que o próprio indivíduo sacrifique seu egoísmo em função da observância dos interesses do grupo social a que pertence, a ponto de conceber como bem próprio o bem coletivo.

Em síntese, a concepção moral maquiaveliana não admite a existência de um Bem ou um Mal preexistentes a definir os atos humanos, mas admite a existência de atos bons ou maus conforme observem ou não o bem da coletividade. Portanto, a Moral em Maquiavel perde sua autonomia e sua transcendência e é integralmente absorvida pela Política.

A antinomia que, desde a Antigüidade existiu entre Moral e Política resolveu-se a favor desta última. Maquiavel concebe a atividade política como uma atividade completamente situada fora dos limites da Moral, que tem leis e regras próprias. Ao fazer isto, ele corta para sempre as amarras de subordinação teológica e moral, com que a Idade Média atara o poder temporal e recusa-se a reconhecer qualquer valor superior à autoridade do Estado, fonte suprema da justiça e da moral.

#### 4. O preço da inovação

---

<sup>15</sup> ESCOREL, Lauro. Op. Cit., p. 99.

A concepção maquiaveliana da política como uma atividade autônoma e soberana, completamente afastada das questões religiosas, avessa e independente com relação à tradição da moral cristã, criadora de sua própria ética empírica e utilitarista, cujo valor de virtude pode ser resumido na frase: agir segundo as exigências do momento, utilizando-se de quaisquer recursos que concorram, com eficácia para a manutenção do bem coletivo; por estabelecer uma completa separação entre Política e Ética, privilegiando a primeira e tomando a segunda como seu subproduto, apresenta-se, sem sombra de dúvida, como arrojada inovação frente ao pensamento político anterior. Por assim ser, angaria inúmeros opositores. A forte oposição teórica ao pensamento maquiaveliano se sustenta exatamente no princípio de que o homem, em sua natureza, possui valores extra políticos, e que estes valores são de uma hierarquia espiritual superior e por isso, a política e, em consequência o Estado devem se submeter a estes critérios éticos que são absolutos e transcendentais.<sup>16</sup>

Estamos diante da histórica contraposição existente entre uma ética de valores transcendentais e as exigências da prática política. E, para melhor compreendermos este dualismo, assim como os dilemas de consciência do homem íntegro temos que ter presente o fato de que coexistem em nós, tanto as imposições práticas da vida do Estado, e isto quer dizer, tudo que envolva a conquista e manutenção do poder, quanto os valores transcendentais da ética cristã da salvação, que cobra do homem o sacrifício de todas as vantagens mundanas e das glórias terrenas, cujo preço seja a violação de quaisquer desses valores transcendentais. Ficamos assim divididos entre os imperativos da ética cristã e as exigências da competição política ou da defesa do Estado.

Observando a postura dos governantes dos vários principados nos quais a Itália estava dividida e observando a postura corrompida dos mais altos mandatários da Igreja, Maquiavel, de uma maneira radical, registra o fim do antagonismo entre Ética e Política, ao romper, em definitivo, com uma ética de valores transcendentais à realidade histórica do Estado. Ética esta que se imporia ao governante, que, ou bem governaria segundo as exigências do mundo concreto, ou bem obedeceria aos imperativos de valores transcendentais. Já que muitas vezes, agir segundo o imperativo ético leva ao insucesso político, pois a atividade política, por sua dinâmica, "impõe aos que a praticam uma maleabilidade adequada aos imperativos da realidade histórica, uma capacidade de

---

<sup>16</sup> Ver ESCOREL, Lauro. Op. Cit. p. 102.

adaptação e improvisação proporcional às variações frequentes da situação de fato a enfrentar."<sup>17</sup> Observando de perto a realidade da prática política de seu tempo, Maquiavel descreve os fatos. Opta por não ser um homem cindido. E isto torna seu pensamento inaceitável para todos, ou pelo menos para quase todos.

O compromisso com a verdade, com a descrição da prática política naquilo que ela é, sem maquiagem, talvez tenha mostrado a Maquiavel a impossibilidade de equacionar os problemas advindos da relação entre uma ética constituída "a priori" e a prática política. Talvez Maquiavel tenha percebido que, em se tratando de prática política, a postulação de valores éticos constituídos "a priorísticamente" e, neste caso, valores éticos cristãos, só dificultam as tomadas de decisões por parte do governante. Mas isto é pura especulação, o fato é que o pensamento maquiaveliano reflete, de uma maneira extremamente fiel as tendências fundamentais de sua época: a formação embrionária, através da constituição dos principados italianos, das monarquias absolutas, que postulavam a realização da prática política de característica secular e a decadência da moral tradicional, cujo bastião era a Igreja Católica, corrompida em seus valores, a mercê de críticas violentas quanto às suas práticas.

Apesar de ter sido extremamente criticado durante quatro séculos, o mérito de Maquiavel, sem dúvida alguma, encontra-se no fato de ter, de uma maneira bastante aguda, posto a nu, a prática política. O fato de haver estabelecido uma discussão sobre o problema político sem mascará-lo através de subterfúgios doutrinários ou mesmo através de construção utópica, fez com que Maquiavel lançasse as bases da Ciência Política Moderna.

Os críticos e opositores de Maquiavel afirmam que seu erro fundamental encontra-se na não-postulação de um substrato ético transcendente a regular a conduta humana, mas aos nossos olhos, a postulação de uma única ética, aquela vinculada às necessidades do Estado, é tão absurda quanto a aceitação da existência de duas éticas: uma que rege a vida privada e outra que rege a vida pública.

A postura maquiaveliana é radical? Sim, é uma postura extremamente radical, mas talvez seja ela menos hipócrita do que as postulações que defendem a tese da existência de uma ética a reger a vida do homem comum e outra ética a reger a vida do homem público, do governante.

---

<sup>17</sup> ESCOREL, Lauro. Op. Cit. p. 104.

## **Bibliografia**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel. A Lógica da Força.** São Paulo: Ed. Moderna, 1993, (Coleção Logos).

ESCOREL, Lauro. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 3ª ed., 1978.

HELLER, Agnes. **O Homem do Renascimento.** Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1982.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma.** Coleção A Vida Cotidiana. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_ **O Príncipe.** São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda., s.d.

QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, M. Tereza Sadeck R. de Souza. (org.). **O Pensamento Político Clássico.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1980.